

TERCEIRO TURNO

# Afastada hipótese de nova votação

por Itamar Garcez de Brasília

A Constituinte realiza, hoje, a sua última sessão plenária, antes da promulgação, no dia 5 de outubro. Ontem, enquanto a gráfrica do Senado imprimia o projeto definitivo do texto da nova Constituição, as lideranças partidárias buscavam acordos que garantissem a tranquilidade da votação. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), fizeram um acordo para superar a polêmica do terceiro turno de votação. O deputado José Lourenço (PMDB-BA) convenceu seu colega, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), a retirar uma questão de ordem que pretendia colocar o tabelamento dos juros novamente em votação.

Numa outra frente, o deputado e presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), acompanhava de perto a impressão do texto definitivo da nova Carta, junto

com o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). A hipótese de nova votação, alterando o mérito do que já foi votado, nos últimos dezoito meses, foi descartada totalmente por Ulysses. "O projeto foi votado em turno, infraturno, subturno e supraturno. Estamos há vinte meses metidos nisso", historiou. Em seguida, lembrou que o trabalho passou pelas subcomissões, comissões, Comissão de Sistematização, votação em primeiro e segundo turnos e Comissão de Redação. "Nós estamos todos, e eu, inclusive fisicamente, carentes de conhecer esse assunto", brincou.

Na opinião de Ulysses, "será impatriótico demorar um minuto ou um segundo. A Nação está ansiosa, está desejosa, está precisando dessas definições". Numa entrevista com muitas frases de efeito, ele citou Santo Inácio de Loyola: "Pensar como se estivesse na quietude de um templo, e agir como se estivesse no flagor da batalha". Para o líder, "já pensamos demais, agora, estamos no

flagor da batalha. E precisamos levar essa batalha aos lares brasileiros", definiu. Num apelo final, dirigido aos constituintes, ele pediu a presença de todos na sessão de hoje. "Vamos votar, pelo amor de Deus, para servir a esse país vamos votar este texto que já foi escolhido de todas as imperfeições."

**RECUOS**

Durante a tarde, as surpresas foram os recuos de Sant'Anna e Inocêncio. Jobim foi considerado o responsável pela capitulação do deputado baiano. Segundo o acordo firmado, os dois farão hoje uma interpretação na frente dos colegas. Sant'Anna pedirá questão de ordem a Ulysses, alegando que várias alterações de mérito foram introduzidas no segundo turno da Constituinte e, por isso, seria necessária nova votação, como exige a Emenda Constitucional que convocou a Constituinte. Em seguida, Jobim irá contraditar. Por fim, caberá a Ulysses, que presidirá a sessão, explicar que a votação será de "co-

validação de mérito", ou seja, os constituintes votarão o mérito de todos os artigos. "Não é a melhor, mas é a solução mais satisfatória", admitiu Sant'Anna. Pela emenda, todas as questões devem ser votadas e discutidas duas vezes.

Do lado do PFL, não vai ser necessária "nenhuma interpretação. A intenção de Inocêncio, que já tinha pronta uma questão de ordem, para colocar em votação o tabelamento de juros, foi barrada por José Lourenço. Para convencer seu colega, ele disse que "tudo isso faz parte de um processo encerrado". No lugar da questão de ordem, Lourenço fará um pronunciamento, destacando os pontos positivos e os negativos da nova Carta. Ele dirá, por exemplo, que "a ordem econômica está muito ruim".

A sessão, programada para as 9h30, terá participação de todos os líderes partidários, que deverão subir à tribuna para registrar os últimos pronunciamentos. Cada partido pode-

rá ter dois oradores. Cada um falará uma única vez, no máximo cinco minutos. Para aprovar o texto, o painel eletrônico da Constituinte precisará apontar

## Para desmoralizar o texto

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pretende fazer uma veemente defesa da nova Constituição, durante as homenagens que lhe serão prestadas, na segunda-feira, em Porto Alegre, pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul. O deputado foi informado por parlamentares do PMDB sobre a existência de um movimento com o objetivo de desmoralizar a nova Carta, apurou a agência Globo. Sem identificar suas origens, Ulysses prometeu reagir contra o que chamou de "forças retrógradas".

A informação foi dada ontem por integrantes da direção do PMDB que se reuniram com o deputado Ulysses Guimarães no início da tarde. Eles ressal-

280 votos "Sim". O regimento interno prevê que o texto não pode ser destacado. Assim, ou o constituinte aprova os artigos na integralidade ou rejeita todos.

taram a disposição do presidente da Constituinte de evitar confrontos diretos com o presidente José Sarney até porque reconhece que, apesar de algumas dessas forças que agem contra a Constituição estarem circunstancialmente vinculadas ao governo, suas ações são isoladas e desenvolvidas à revelia do presidente.

Ulysses discutiu o problema com os governadores Pedro Ivo, Orestes Quércia e Newton Cardoso no último final de semana e ontem, ouviu o governador Max Mauro sobre o assunto. O governador Moreira Franco, que esteve ontem em Brasília, também protestou contra a medida e se dispôs a participar de uma reunião que está sendo articulada por Newton Cardoso.

## Para Lula, votar "não" à Carta nada tem a ver com assinatura

por Adriana Vera e Silva de Brasília

O líder do PT na Assembleia Nacional Constituinte, deputado Luis Ignácio Lula da Silva (SP), fará na sessão de votação de hoje da Assembleia, um discurso para justificar a posição de seu partido: o PT votará não à nova Constituição, mas vai assinar a Carta.

"Na avaliação da bancada do PT não estão no texto as conquistas necessárias para os trabalhadores, por isso nós votaremos não a esta Constituição. Acho que não tem nada a ver assinar o projeto com este voto. Assinar é apenas uma formalização de que participamos da elaboração da Carta", disse Lula, ontem.

Segundo ele, um dos motivos que levaram os petistas a votar contra foi o grande número de dispositivos do novo texto constitucional que será regulamentado por legislação complementar e ordinária. "A definição de muitas das conquistas feitas pelos trabalhadores foi protelada", afirmou, citando como exemplo a regulamentação das penas para quem abusar do direito de greve.

Lula resumiu os pontos que desagradam ao PT na nova Constituição: reforma agrária, direitos dos militares, jornada de trabalho de 44 horas semanais e a estabilidade no emprego (que, para ele, está indefinida). Em sua avaliação, "nos direitos dos trabalhadores, o PT conseguiu apenas metade do que pretendia no início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte".

**CONTRA AS MEDALHAS**  
Começou a circular on-

tem no Congresso Nacional um abaixo-assinado dos constituintes que desejam a anulação da entrega de medalhas na festa da promulgação da nova Constituição, no próximo dia 5. O líder da bancada do PT encaminhou ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um documento com o mesmo objetivo.

"A promulgação é um acontecimento óbvio e estão querendo fazer pompa com ela. Acho isso brega", disse Lula. Dentro da bancada do PT, entretanto, a questão está aberta e os deputados que desejarem receber sua medalha poderão fazê-lo.

"Medalha neste país sempre serviu para homenagear a mediocridade. Além disso, distribuí-las vai produzir injustiças. Dar uma medalha de ouro para o presidente José Sarney, por exemplo, é um absurdo porque se dependesse dele não haveria Constituinte", disse o deputado José Genoino (PT-SP), autor da ideia do abaixo-assinado.

Cada um dos 559 constituintes deverá receber uma medalha de prata na promulgação. Serão distribuídas cinco medalhas de ouro: para o presidente Sarney, o deputado Ulysses Guimarães, o presidente do Senado, Humberto Lucena, o relator Bernardo Cabral e o presidente do STF, Rafael Mayer. Haverá também medalhas de bronze para alguns funcionários do Congresso e outros homenageados. As despesas com as medalhas estão calculadas em cerca de CZ\$ 35 milhões.

## Arquivada ação popular contra medalhas

A juíza da 12ª Vara da Justiça Federal, Tânia Escobar, mandou arquivar, ontem, a ação popular para suspender a distribuição de medalhas no dia da promulgação da nova Constituição, impetrada pelo advogado Antônio Beiriz, informou a Agência Globo. Na sentença, a juíza alegou incompetência para julgar o fato e lembrou que a ação deveria ter sido movida na seção judiciária do Distrito Federal, em Brasília. Hoje, Beiriz deverá ingressar com um agravo de instrumento pedindo que a juíza reveja sua sentença e conceda a liminar, uma vez que considera prejudicado todo o povo brasileiro, que pagará os CZ\$ 49 milhões de reservas metálicas utili-

zados para cunhar 1,4 mil medalhas comemorativas. Irritado ao ler a sentença da juíza, Beiriz afirmou que ingressará com o agravo somente para constar, pois sabe de antemão que dificilmente ela mudará sua determinação. Beiriz soube pela imprensa que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, mandará cunhar as medalhas (cinco delas de ouro, pesando 60 gramas, 600 de prata e 795 de bronze), para distribuí-las a diversas personalidades na promulgação da nova Carta constitucional. Para ele, isso representa uma lesão ao patrimônio nacional, e esse metal somente poderia ser utilizado no interesse geral.

## Senador desafiado a definir injunção

O procurador geral da República, Sepúlveda Pertence, desafiou ontem o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) a definir a fórmula de aplicação do "mandado de injunção", criado pela Assembleia Nacional Constituinte para garantir a aplicação dos princípios constitucionais independentemente de regulamentação pelo Le-

gislativo. De acordo com a Agência Globo, para o procurador, que deve receber, a partir da promulgação da Carta, os recursos de inconstitucionalidade, o "mandado de injunção" é uma novidade no direito a nível internacional e deve merecer um estudo aprofundado por parte de um corpo de juristas para definir sua aplicabilidade.

"A primeira coisa que deve ser regulamentada em lei é o próprio mandado de injunção", entende o procurador.

Sepúlveda Pertence, irritado com as críticas que vem recebendo do senador Fernando Henrique Cardoso, disse que é "obrigação da Assembleia Nacional Constituinte esclarecer a sociedade sobre os direitos que ela lhe concede".

"O senador deveria publicar uma página inteira nos jornais explicando o que é exatamente o "mandado de injunção" e como ele se aplica, se é que ele sabe", Sepúlveda comentou, irônico.

**ELEIÇÕES 88** — Os eleitores que tenham registrado o seu título nos municípios recém-criados, onde não serão realizadas eleições neste ano, deverão votar nas cidades que serviam de sede ao novo município. Esta é a resposta dada pelo Tribunal Superior Eleitoral a uma consulta formulada pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG), segundo informações da Agência Globo.

Na mesma consulta, o TSE definiu que os eleitores que tiverem o título do novo município poderão ser candidatos aos cargos eletivos, em disputa no pleito deste ano, apenas no município-sede.